

Antropólogos na “África portuguesa”: história de uma missão secreta

Lorenzo Macagno*

“... cela n’a aucun sens d’étudier des idées comme si elles se promenaient dans une sorte de ciel intelligible, sans référence aux agents qui les produisent ni surtout aux conditions dans lesquelles ces agents les produisent...”

Pierre Bourdieu, *Sur l’État. Cours au Collège de France, 1989-1992*, p. 535 (2012).

Antropólogos na “África portuguesa”: história de uma missão secreta

Resumo: Entre 1956 e 1957, o antropólogo Marvin Harris, professor da Universidade de Columbia, visitara Moçambique para realizar uma investigação sobre a exploração da força de trabalho africana naquela “Província Ultramarina”. Devido às suas críticas ao regime, Marvin Harris foi declarado pessoa *non grata* pelas autoridades coloniais e teve que abandonar Moçambique. Em 1960, para tentar desfazer as críticas negativas de Harris, o antropólogo português Jorge Dias convida a outro antropólogo da Universidade de Columbia, o “brasilianista” Charles Wagley, para realizar uma viagem ao longo das “Províncias Ultramarinas” (a viagem começou em Moçambique e finalizou em Guiné-Bissau). Seguindo os rastros da ideologia lusotropicalista, Jorge Dias esperava que, após essa viagem, Charles Wagley se posicionasse favoravelmente em relação à presença portuguesa na África e, a partir desse momento, apoiasse a criação de estudos superiores na “África portuguesa”. A viagem contava com o apoio do Ministro do Ultramar português, Adriano Moreira, e era parte de

* Departamento de Antropologia da UFPR (Brasil).

MACAGNO, L. Antropólogos na “África portuguesa”: história de uma missão secreta

uma tentativa de intercâmbio acadêmico entre o Instituto Superior de Estudos Ultramarinos (ISEU) de Lisboa e a Universidade de Columbia. O artigo indaga sobre as consequências políticas e acadêmicas dessa viagem “confidencial” realizada, justamente, nas vésperas das lutas pela independência nas colônias portuguesas.

Palavras-chaves: Marvin Harris. Charles Wagley. Adriano Moreira. Antropologia. Colônias portuguesas.

Anthropologists in “Portuguese Africa”: The History of a Secret Mission

Abstract: From 1956 to 1957, Marvin Harris, professor at the University of Columbia visited Mozambique to carry out fieldwork on the exploitation of the African labor force in that “Overseas Province”. Due to his criticisms of the regime, Marvin Harris was declared *persona non grata* by the colonial authorities and had to abandon Mozambique. In 1960, in an attempt to reverse the negative impression that Harris had left, the Portuguese anthropologist Jorge Dias invited Charles Wagley – at that time a confirmed “Brazilianist” – to make a journey throughout the “Overseas Provinces” of Mozambique, Angola and Guinea-Bissau. Throughout that journey, Jorge Dias attempted to show Charles Wagley the daily reality of a “racial harmony” supposedly without conflict in the “Overseas Provinces”. The journey was supported by the Portuguese Overseas Minister, Adriano Moreira, and was part of an attempt to promote academic exchange between the Instituto Superior de Estudos Ultramarinos (ISEU) of Lisbon and the University of Columbia. This article explores the political and academic consequences of that “confidential” journey performed on the eve of the struggle against colonialism in Portuguese Africa.

Keywords: Marvin Harris. Charles Wagley. Adriano Moreira. Anthropology. Portuguese colonies.

Des anthropologues en “Afrique portugaise”: l’histoire d’une mission secrète

Résumé: Entre 1956 et 1957, l’anthropologue Marvin Harris, professeur de l’Université de Columbia, avait visité le Mozambique afin d’y procéder à une recherche sur l’exploitation de la force de travail africaine dans cette “province d’outre-mer”. À la suite de ses critiques contre le régime alors en vigueur, Marvin Harris fut déclaré *personanon grata* par les autorités coloniales et dut abandonner le Mozambique. En 1960, dans une tentative d’en finir avec les critiques faites par Harris, l’anthropologue portugais Jorge Dias invita un autre anthropologue de l’Université de Columbia, le “brésilianiste” Charles Wagley, à réaliser un voyage au long des “provinces d’outre-mer” (ce voyage commença au Mozambique et prit fin en Guinée-Bissau). Suivant les traces de l’idéologie lusotropicaliste, Jorge Dias s’attendait à ce qu’après

ce voyage, Charles Wagley adopte une attitude favorable quant à la présence portugaise en Afrique et appuie la création d'études supérieures en "Afrique portugaise". Le voyage comptait sur l'appui du ministre de l'Outre-Mer portugais, Adriano Moreira, et faisait partie d'une tentative d'échanges académiques entre l'Institut supérieur des études d'outre-mer (ISEU) de Lisbonne et l'Université de Columbia. L'article recherche les conséquences politiques et académiques de ce voyage "confidentiel" réalisé, précisément, à la veille des luttes pour l'indépendance dans les colonies portugaises.

Mots-clefs: Marvin Harris. Charles Wagley. Adriano Moreira. Anthropologie. Colonies portugaises.

São vários os protagonistas – alguns mais célebres do que outros – do "drama" que vamos reconstruir. Os primórdios da história remontam a um momento e um protagonista específico. Entre 1956 e 1957, o antropólogo Marvin Harris, professor da Universidade de Columbia, visitara Moçambique para realizar uma investigação sobre a exploração da força de trabalho africana naquela "Província Ultramarina". Devido às suas críticas ao regime, Marvin Harris foi declarado pessoa *non grata* pelas autoridades coloniais e teve que abandonar Moçambique. A partir daí, outros protagonistas entram na cena. Em 1960, para tentar desfazer as críticas negativas de Harris, o antropólogo português Jorge Dias convida a outro antropólogo da Universidade de Columbia, o "brasilianista" Charles Wagley, para realizar uma viagem ao longo das "Províncias Ultramarinas" (a viagem começou em Moçambique e finalizou em Guiné-Bissau). Seguindo os rastros da ideologia lusotropicalista, Jorge Dias esperava que, após essa viagem, Charles Wagley se posicionasse favoravelmente em relação à presença portuguesa na África e, a partir desse momento, apoiasse a criação de estudos superiores na "África portuguesa". A viagem contava com o apoio do Ministro do Ultramar português, Adriano Moreira, e era parte de uma tentativa de intercâmbio acadêmico entre o Instituto Superior de Estudos Ultramarinos (ISEU) de Lisboa e a Universidade de Columbia. Este artigo indaga, pois, sobre as consequências políticas e acadêmicas dessa viagem "confidencial" realizada, justamente, nas vésperas das lutas pela independência nas colônias portuguesas.

Charles Wagley (1913-1991), um dos principais atores desta trama, começa sua longa carreira na Universidade de Columbia, onde realiza seus estudos

de graduação e pós-graduação em Antropologia. Franz Boas, Ruth Benedict e Ralph Linton foram alguns dos seus mestres. Durante mais de vinte e cinco anos, integra o corpo docente dessa Universidade, assumindo, em 1965, a Cátedra Franz Boas de Antropologia. Ainda em Columbia, funda e dirige – entre 1961 e 1969 – o Instituto de Estudos Latino-Americanos. Em 1971, translada-se à Universidade da Florida, onde se aposenta. Suas primeiras experiências etnográficas se passam na Guatemala. Porém, como sabemos, a maior parte da sua pesquisa desenvolve-se no Brasil. Em 1945, o jovem Charles Wagley recebe do governo Brasileiro a distinção “Cruzeiro do Sul” – a mais alta honraria que, na altura, um estrangeiro podia receber – em reconhecimento ao seu trabalho sobre saúde pública no país durante a Segunda Guerra Mundial. Seus primeiros trabalhos de campo no Brasil são realizados entre 1939 e 1940, junto aos Tapirapé. Naquela altura, em virtude dos vínculos entre Heloisa Alberto Torres, do Museu Nacional, e Franz Boas, vários antropólogos de Columbia se instalam no Brasil para realizar trabalhos de campo. William Lipkind, Ruth Landes, Buell Quain e Charles Wagley foram os primeiros dessa leva (Corrêa 1997). Tempos depois, com seu aluno e amigo Eduardo Galvão, Charles Wagley estuda os Tenetehara. Em 1948, inicia uma pesquisa entre camponeses e garimpeiros de Itá, na Amazônia, que resultará no livro *Amazon Town: a Study of Man in the Tropics*, publicado pela primeira vez em 1953. Entre 1951 e 1952 coordena, com Thales de Azevedo, um projeto sobre “relações raciais” no Brasil, no marco do convênio Estado da Bahia-Universidade de Columbia (Kottak 2000; Figueiredo, Oliveira & Damasceno 2009). Suas imensas contribuições aos estudos brasileiros lhe valem, em 1962, o título de Doutor *Honoris Causa*, outorgado pela Universidade Federal da Bahia. Dentre outros cargos, ocupou, entre 1970 e 1971, a presidência da Associação Americana de Antropologia (Margulis & Carter 1979). Mesmo sendo um “admirador” do Brasil, Charles Wagley nunca deixou de sublinhar, às vezes com ironia e senso do humor, os paradoxos da sociedade brasileira, tal como fez num memorável ensaio de 1963, intitulado “Se eu fosse Brasileiro”. Nas páginas que seguem, abordarei uma faceta pouco conhecida da sua trajetória: a de Charles Wagley como incipiente “africanista”. Para tanto, debruçar-me-ei sobre a viagem que ele realizou, em 1960, pelas chamadas Províncias Ultramarinas de Moçambique, Angola e Guiné-Bissau.

Como mencionáramos no início, em 1956 Marvin Harris, professor da Universidade de Columbia e amigo de Charles Wagley, visita Moçambique para realizar uma investigação sobre a exploração da força de trabalho africana naquela *Província Ultramarina*, onde os chamados *indígenas* continuavam submetidos ao *Estatuto do Indigenato*. Devido às suas críticas ao regime, Marvin Harris foi expulso do território. Pouco tempo depois, as autoridades portuguesas entenderam que era preciso desfazer a imagem negativa deixada por Marvin Harris com suas críticas ao regime. Foi, justamente, quando em 1960, com apoio do Ministério de Ultramar, o antropólogo português Jorge Dias convida Charles Wagley para realizar uma viagem ao longo de Moçambique, Angola e Guiné-Bissau. A viagem contava com o apoio de Adriano Moreira, na altura diretor do Centro de Estudos Políticos e Sociais (CEPS), vinculado ao Instituto Superior de Estudos Ultramarinos (ISEU), da Junta de Investigações Científicas do Ultramar, onde Jorge Dias era professor. Pouco tempo depois Moreira se tornaria ministro de Ultramar. Ao longo daquele périplo, Jorge Dias tencionava mostrar a Charles Wagley o cotidiano de uma “convivência racial” supostamente não conflituosa nas *Províncias Ultramarinas*. Seguindo os rastros do ideário lusotropicalista, Jorge Dias esperava que Charles Wagley se posicionasse favoravelmente em relação à presença portuguesa na África. A viagem tinha, portanto, um objetivo persuasivo: preparar um terreno propício para futuros intercâmbios acadêmicos entre o ISEU e a Universidade de Columbia.

Para entender o contexto e as consequências da viagem, farei um uso intensivo de algumas fontes inéditas, sobretudo dos relatórios confidenciais da viagem, redigidos pelo próprio Jorge Dias, os quais, durante muito tempo, permaneceram inacessíveis aos pesquisadores. Abertos à consulta após o retorno da democracia em Portugal – em 25 de abril de 1974 – os relatórios eram o resultado de um projeto mais amplo desenvolvido no CEPS: a *Missão de Estudos das Minorias Étnicas do Ultramar Português* (MEMEUP), coordenada por Jorge Dias, com uma equipe que incluiu Margot Dias (sua esposa e também antropóloga) e Manuel Viegas Guerreiro.¹ Além desses documentos, incorporarei algumas fontes orais de pessoas que direta ou indiretamente participaram da viagem: é o caso do ex-Ministro de Ultramar Adriano Moreira, o grande

¹ Ao longo deste trabalho usarei, sobretudo, o relatório produzido em 1961, correspondente, portanto, à “campanha” de 1960.

promotor e organizador do projeto, bem como da antropóloga Isabel Wagley, filha de Charles Wagley, que aos dezoito anos de idade acompanhou seus pais e Jorge Dias naquela longa jornada.

Não seria exagero afirmar que a figura de Adriano Moreira representa o perfil mais emblemático da política tardo-colonial portuguesa. Nascido em 1922 na província de Trás-os-Montes, formou-se como advogado e especialista em Direito Internacional. Foi professor de Administração Ultramarina e, entre 1961 e 1963, Ministro de Ultramar. Em 1956, após assumir a diretoria do Centro de Estudos Políticos e Sociais (CEPS), da Junta de Investigações Científicas do Ultramar, convida Jorge Dias a incorporar-se à equipe de pesquisadores do Centro. Trata-se, portanto, de uma eminente figura política e intelectual ligada à última fase do período salazarista. Com Adriano Moreira, o chamado “assimilacionismo” português chega ao seu ápice. Quando o entrevistei em Lisboa, em fevereiro de 2000, desempenhava a função de assessor do Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior. Nossa conversa, transcorrida no seu gabinete de trabalho – situado na Rua da Junqueira – foi breve. Na altura, Adriano Moreira se preparava para participar, no Brasil, das homenagens aos cem anos do nascimento de Gilberto Freyre.

Na história da “política colonial”, Adriano Moreira deixou uma marca indelével quando, durante sua gestão a cargo da pasta do Ministério de Ultramar, aboliu, em 1961, o *Estatuto dos Indígenas*. Com essa medida, ao menos no papel, todos os habitantes de Moçambique, Angola e Guiné-Bissau passariam a ser considerados cidadãos portugueses. No ano seguinte – em abril de 1962 – Moreira revoga, também, o Código de trabalho indígena de 1926, dando lugar ao novo Código de trabalho rural. As populações que não possuíam um trabalho “qualificado” ficariam subsumidas a este novo código. Tal como argumenta Michel Cahen em artigo do presente volume, com esta revogação o “trabalho forçado” perdeu sustentação legal e, gradualmente, acaba desaparecendo por volta de 1965 (ver, também, Cahen 2012: 168-169). Entretanto, o decreto que revoga o *Estatuto dos Indígenas* continha uma série de considerações, formuladas pelo próprio Adriano Moreira, acerca da peculiar noção de cidadania e nacionalidade presentes no ideário colonial português. Em primeiro lugar, o ex-Ministro salientava “... a tradição portuguesa de respeito pelo direito privado das populações que foram incorporadas no Estado a partir do movimento das Descobertas e a quem demos o quadro nacional e estadual que desconheciam

e foi elemento decisivo da sua evolução e valorização no conjunto geral da humanidade” (1961: 191). No documento, Moreira defende o assimilacionismo português das críticas que recaíram sobre o seu aparelho jurídico mais visível: o *Regime de Indigenato*. “Deu-se ocasião a nossos adversários”, diz, “... para sustentarem [...] que o povo português estava submetido a duas leis políticas, e por isso dividido em duas classes praticamente não comunicantes” (1961: 193). Esta acusação, diz, deriva de uma noção de cidadania própria do racionalismo do Direito Público do século XIX, que instaurou um conceito ‘puramente técnico de cidadania’, um conceito relacionado apenas com a questão dos direitos políticos.

Mesmo abolido, o *Estatuto dos Indígenas* não deixa de ser celebrado por Adriano Moreira. As Nações Unidas já haviam declarado um plano de ação a favor dos territórios ainda sem governo próprio, o que se configurava como uma afronta à política colonial do salazarismo que imaginava, ainda, um futuro português para a África. Não é um acaso que, nessa altura, Adriano Moreira se torne um fervoroso apologista da “forma portuguesa de estar no mundo” e, portanto, num propulsor do mito do ‘paraíso multirracial’ Ultramarino. É precisamente nessa fase tardo-colonial que o discurso lusotropicalista de Gilberto Freyre é reapropriado pelos porta-vozes da presença portuguesa na África. Lembremos que uma década antes do fim do *Indigenato* – em 1951 – Gilberto Freyre receberia o convite do Ministro do Ultramar Sarmento Rodrigues para percorrer os territórios ultramarinos portugueses. O “jovem” Adriano Moreira foi, precisamente, o intermediador daquele convite. Freyre narrará as impressões dessa longa viagem em dois volumes “Aventura e rotina” (1952) e “Um brasileiro em terras portuguesas” (1953).

Nas vésperas da conversa com Adriano Moreira, minhas inquietações não se limitavam a ouvir da boca do eminente político assuntos que já haviam sido longamente abordados na sua imensa obra escrita. O alvo do meu interesse era entender o papel que Moreira desempenhara, no final de 1950, na organização das grandes missões antropológicas empreendidas por Jorge Dias e seus colaboradores e, mais especificamente, obter alguma informação relativa à viagem de Jorge Dias e Charles Wagley pelas Províncias Ultramarinas africanas.

Como é sabido, é com Jorge Dias que a antropologia portuguesa se torna “profissional” e, ao mesmo tempo, aberta a um diálogo acadêmico com os grandes centros de formação da época (Pina-Cabral 1991, 1992). Formado na Alemanha nos anos de 1940, Dias inicia, após seu retorno a Portugal, um

trabalho de campo na aldeia Vilarinho da Furna, no norte do país. Pouco depois realizará uma pesquisa em Rio de Onor, uma comunidade situada junto à fronteira com a Espanha.² Estas duas referências seriam anedóticas não fosse pelo fato de que o estudo de pequenas comunidades ofereceria, segundo Dias, elementos fundamentais, não só para entender a “cultura” portuguesa em geral e o caráter nacional português em particular, mas, sobretudo, para entender a relação dos Portugueses com outros povos durante a expansão colonial (Macagno 2002). Portanto, quando inicia, em 1957, em companhia de sua esposa – Margot Dias – o seu famoso trabalho de campo entre os Macondes do norte de Moçambique, Jorge Dias já havia realizado vários trabalhos de campo em áreas rurais de Portugal e, inclusive, algumas incursões antropológicas no Brasil. Após o seu retorno da Alemanha, permaneceu algum tempo em Coimbra, mas foi precisamente a convite de Adriano Moreira que Jorge Dias se instala em Lisboa para integrar os quadros do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos (ISEU). Ali seria, entre 1957 e 1960, o grande responsável pela Missão de Estudos das Minorias Étnicas do Ultramar Português (MEMEUP). A viagem de 1960, realizada com Charles Wagley é, nesse sentido, parte de umas das “missões” desenvolvidas no contexto do MEMEUP.

MARVIN HARRIS, ANTÓNIO RITA-FERREIRA E AS CRÍTICAS ANTI-COLONIAIS

Um ano antes do início das campanhas do MEMEUP comandadas por Jorge Dias, Marvin Harris, professor da Universidade de Columbia e amigo de Charles Wagley, visita Moçambique com o objetivo de realizar uma investigação sobre a exploração da força de trabalho africana. No ano de 1956, Harris acabara de realizar suas famosas pesquisas na Bahia. Agora, em Moçambique, conseguiria, num contexto colonial extremamente “vigiado”, desvendar algumas das arbitrariedades do sistema de *Indigenato*.

Lembremos, brevemente, os detalhes da chegada de Marvin Harris a Moçambique. O “jovem” antropólogo chega a Lourenço Marques em junho de 1956, subsidiado por uma bolsa da Fundação Ford. Para um antropólogo

² Estas duas etnografias foram publicadas, respectivamente, em 1948 e 1953: *Vilarinho da Furna. Uma aldeia comunitária*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda; *Rio de Onor. Comunitarismo agro-pastoril*. Lisboa: Presença.

estrangeiro não era fácil, nas circunstâncias políticas da época, a obtenção de uma permissão para fazer trabalho de campo nas Províncias Ultramarinas portuguesas. No início, a fim de não despertar as suspeitas das autoridades, Harris prometera que só se dedicaria a investigar a literatura portuguesa sobre África.³ A autorização foi concedida e ele se instala com sua esposa e uma pequena filha em Lourenço Marques.⁴

Um dos primeiros diálogos antropológicos que Marvin Harris mantém na capital moçambicana é com António Rita-Ferreira. Nascido no interior de Portugal, António Rita-Ferreira era, desde os 19 anos, funcionário colonial. Com o tempo, tornou-se um dos “antropólogos” portugueses mais proeminentes da época, ou melhor, um “*self made scholar*” como prefere se auto-apresentar. Com efeito, excetuando um curso sobre *Estudos Bantus* que fez na União sul-africana, António Rita-Ferreira nunca realizou estudos formais de antropologia; no entanto, conhecia como ninguém o “Moçambique profundo”. Por outro lado, Rita-Ferreira manteria, desde os anos sessenta e setenta, um intenso intercâmbio intelectual com grandes africanistas, dentre eles o antropólogo sul-africano David Webster – assassinado, mais tarde, pela polícia do *apartheid* – bem como o historiador Edward Alpers e Henri-Philippe Junod, filho do famoso etnógrafo e missionário Henri-Alexandre Junod. António Rita-Ferreira exerceu, dentre outros cargos, a função de inspetor de Emigração em Ressano Garcia – na fronteira de Moçambique com a União Sul-Africana – e inspetor, para o Transvaal Oriental da movimentação dos “Indígenas Portugueses na África do Sul”. Ou seja, devido às suas funções administrativas, conhecia os meandros do trabalho migrante dos chamados indígenas de Moçambique nas minas sul-africanas. Inclusive, publicaria, sob os auspícios do próprio Jorge Dias e de Adriano Moreira, um volume pioneiro sobre o assunto (Rita-Ferreira 1963).

Devido, sobretudo, a divergências de caráter político, a incipiente amizade entre Marvin Harris e António Rita-Ferreira não duraria muito tempo.

³ Comunicação pessoal, António Rita-Ferreira, 19 de fevereiro de 2012, Bicesse. Dois anos depois das nossas conversas, Rita-Ferreira viria a falecer com quase 92 anos de idade, em 20 de abril de 2014.

⁴ Nesta época os Estados Unidos e Portugal mantinham ainda, uma relação amistosa. Essa relação mudará pouco tempo depois, com as políticas de descolonização promovidas na etapa Kennedy/Johnson. A ruptura se produz, sobretudo “... quando da tentativa de golpe de estado de Botelho Moniz, em Abril 1961, que foi apoiada pela CIA. A partir desta data, a PIDE vigiou todos os agentes americanos e quase já não transmitiu informação alguma para a CIA” [comunicação pessoal, Michel Cahen].

O próprio Rita-Ferreira retrata as peripécias daquele precário intercâmbio nos seguintes termos:

“Nos inícios de 1957 – quando me desloquei à capital [Lourenço Marques] para participar no concurso para administradores – facultei-lhe espontaneamente a consulta da colecção de separatas da “legislação aplicável aos indígenas”, colecção que quase todos procurávamos manter actualizada colando e anotando crescente número de substituições, eliminações, correcções, circulares, acórdãos, pareceres, esclarecimentos, confidenciais, etc. Entretanto, Marvin Harris cometeu um erro que lhe foi fatal. Entrou em contacto com figuras da oposição ao regime.”⁵

Poucos anos depois, ambos manteriam uma dura polémica em torno das causas do trabalho migrante de “indígenas” moçambicanos nas minas sul-africanas (Harris 1959, 1960, Rita-Ferreira 1960, 1961). Num artigo de denúncia, Harris afirma que os indígenas, para fugir do *chibalo* (trabalho forçado) ainda presente em Moçambique, engajavam-se como trabalhadores migrantes nas minas sul-africanas. Assim, direta ou indiretamente, o trabalho forçado provocava um enfraquecimento da agricultura nativa devido à emigração da força de trabalho indígena (1959: 63). Em resposta a este argumento, Rita-Ferreira procurou minimizar as consequências negativas desse processo, afirmando que – contrariamente ao pensamento de alguns “observadores superficiais” – o trabalho migrante permitia uma positiva integração na economia moderna e, a longo prazo, maior *standard* de vida para os indígenas (1960: 147). Ao mesmo tempo, Rita-Ferreira – que conhecia profundamente a etno-história do Moçambique pré-colonial – argumentava que as causas dessas migrações deviam ser buscadas em processos anteriores à presença portuguesa.

Já no início da sua estada em Moçambique, Marvin Harris conhece, também, um opositor ao regime: António de Figueiredo. Tratava-se de um jovem português que chegara a Moçambique como funcionário e repórter económico da filial de um banco estrangeiro em Portugal, o *Barclays Bank*. Neste caso, e diferentemente do acontecido com António Rita-Ferreira, a amizade e a afinidade política entre ambos seria duradoura:

“O encontro com Marvin Harris representava uma oportunidade única para fazer com que a voz de protesto atingisse o mundo exterior. Um dos homens mais inteligentes que tenho tido o privilégio de conhecer, o jovem professor Marvin Harris cedo se apercebeu da situação e do alcance do meu apelo para que não desperdiçasse o tempo da sua estada num trabalho de mera erudição acadêmica.” (Figueiredo 1978)

Contradizendo as promessas feitas às autoridades coloniais, e com a cumplicidade de António de Figueiredo – que exercia, clandestinamente, uma oposição fervorosa ao regime salazarista – Marvin Harris começa a se interessar pelas condições de exploração dos africanos regidos pelo *Estatuto Indígena*. Uma das faíscas que ascende o estopim foi quando o antropólogo americano se desloca às instalações de uma companhia açucareira no Vale de Limpopo e começa a inquirir os trabalhadores para averiguar se os seus contratos de trabalho eram “voluntários” ou “forçados”. A reação das autoridades é imediata. Após retornar a Lourenço Marques, Marvin Harris é convocado e interpelado pelo Governador Geral. Acusado de fazer inquéritos inconvenientes e de ter “traído” a confiança do governo português, é “convidado” a abandonar o país. Pouco tempo depois do seu retorno aos Estados Unidos, Harris publica, em 1958, um ensaio intitulado “Portugal’s African Wards” (*Os tutelados africanos de Portugal*) que constitui, ao lado dos trabalhos do historiador James Duffy, uma das primeiras denúncias ao regime português feita por académicos internacionais. Entretanto, António de Figueiredo, como colaborador e assistente de Marvin Harris, começa a ser perseguido pela PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado). Acabará preso. Mantido incomunicável, é deportado a Portugal para, finalmente, exilar-se em Londres.

Do seu exílio em Londres, António de Figueiredo manterá um intenso intercâmbio epistolar com intelectuais anti-colonialistas de várias latitudes, entre eles, seu amigo Marvin Harris. Em uma ocasião, Harris envia-lhe uma carta aconselhando-o uma maior proximidade e solidariedade com a causa da Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique) e com o seu presidente, Eduardo Mondlane, que se dispunha a visitar Londres para angariar apoio à causa independentista.⁶ António de Figueiredo não possuía uma formação académica

⁶ Carta de Marvin Harris a António de Figueiredo, Nova Iorque, 17 de novembro de 1965.

em ciências sociais. No entanto, suas intervenções esporádicas como jornalista e seus escritos sobre a situação das colônias portuguesas despertaram o interesse de importantes historiadores e analistas políticos da situação africana, dentre eles James Duffy e Basil Davidson. No início de 1966, Figueiredo chegou a receber uma proposta da “Anistia Internacional” para criar, em Londres, um Centro de Estudos Luso-brasileiros. Para colaborar com o Centro, Figueiredo cogitava convidar o historiador Ronald H. Chicote, James Duffy e o próprio Marvin Harris. “Não há em toda Grã Bretanha”, escrevia Figueiredo referindo-se ao seu amigo, “um acadêmico com o seu conhecimento sobre colonialismo português”.⁷

Cabe lembrar que Marvin Harris teve, desde o início da “luta de libertação nacional”, contato com alguns líderes da Frelimo e, sobretudo, com o seu fundador e presidente: Eduardo Mondlane. O próprio Harris anuncia a natureza desses contatos numa entrevista que concedera, em 1965, aos editores da revista brasileira *Política Externa Independente*. Na entrevista, Harris se mostra crítico diante do projeto de criação de uma “Comunidade Afro-luso-brasileira”, proposto pelo Ministro de Relações exteriores de Portugal, Franco Nogueira. Em referência ao suposto desconhecimento que os brasileiros teriam da guerra colonial e ao seu contato com os líderes da Frelimo, expressa: “... poucas notícias dessa guerra têm chegado ao conhecimento dos brasileiros..., forças armadas em número muito substancial estão sendo treinadas pelo movimento para a libertação de Moçambique conhecido como a Frelimo...Tenho estado pessoalmente com alguns dos líderes do movimento e, tanto quanto eu saiba, as atividades em desenvolvimento implicaram em perdas consideráveis de tropas e equipamentos portugueses no norte de Moçambique” (Harris 1966: 199-200). Lembremos que Eduardo Mondlane – antes de se tornar presidente da Frelimo – realizou seu doutorado em Sociologia e Antropologia na Universidade de Northwestern e chegou a ser professor na Universidade de Syracuse, nos Estados Unidos. É provável, portanto, que os contatos entre Harris e Mondlane remontassem a esse período.

Em julho de 1960, com o objetivo de desfazer a impressão negativa da política colonial portuguesa deixada por Marvin Harris na comunidade internacional, Jorge Dias convida a Charles Wagley para realizar uma viagem ao longo de Moçambique, Angola e Guiné-Bissau. A iniciativa, como já adiantamos,

⁷ Carta de António de Figueiredo a Marvin Harris, Londres, 17 de maio de 1966.

contava com o apoio de Adriano Moreira e constituía uma tentativa de intercâmbio acadêmico entre o Instituto Superior de Estudos Ultramarinos (ISEU) de Lisboa e a Universidade de Columbia.

CHARLES WAGLEY E JORGE DIAS: DE MOÇAMBIQUE A GUINÉ-BISSAU

“Um acto político de grande alcance”: foi assim que, em seu relatório confidencial, Jorge Dias qualificou a visita de Charles Wagley às Províncias Ultramarinas de Portugal. O relatório tinha como objetivo informar as autoridades do ISEU, nomeadamente a Adriano Moreira, sobre os resultados das campanhas antropológicas (MEMEUP) organizadas por aquele Centro, vinculado à Junta de Investigações Científicas de Ultramar. Em virtude daquele grande empreendimento, Rui Pereira (1986: 220-221) chega a afirmar que Jorge Dias teria inaugurado o campo da “antropologia aplicada” em Portugal.

“Sou obrigado a confessá-lo”, dizia Jorge Dias, “... como profissional das ciências sociais, nas nossas Províncias Ultramarinas nem tudo é de molde a despertar admiração ou simpatia num colega estrangeiro” (Dias 1961: 4). Wagley e Dias já eram velhos conhecidos. Havia, entre eles, afinidades intelectuais, mas, ao mesmo tempo, diferenças políticas. O antropólogo português mostra-se consciente do desafio: “... habituados como estamos a fazer uma propaganda que visa sobretudo a impressionar a opinião pública internacional” (*Idem*) a tarefa persuasiva não seria fácil:

“Quando me confiaram a tarefa de acompanhar o Prof. Wagley”, diz, “compreendi imediatamente a responsabilidade da empresa e procurei levá-la a cabo da melhor maneira possível. Amigo do Prof. Wagley há mais de dez anos, e tendo já estado com ele várias vezes nos Estados Unidos, no Brasil e em Portugal, onde em 1950 fez comigo uma excursão por Trás-os-Montes, sabia perfeitamente que a sua longa experiência dos homens e das sociedades, não se podia iludir com umas passeatas agradáveis, uns almoços e uns discursos laudatórios.” (*Idem*).

Charles Wagley, cujos trabalhos no Brasil já eram amplamente conhecidos, estava casado com Cecília Roxo Wagley. Tanto sua esposa – nascida no Brasil – como a filha de ambos, Isabel, participaram da viagem. O périplo começa no

sul de Moçambique. Ao chegarem em Lourenço Marques, Jorge Dias preferiu que os Wagley se instalassem no Hotel Cardoso e não no famoso Hotel Polana, este “... com sua enorme clientela sul-africana, e o snobismo (sic) próprio de hotéis deste tipo, seria mais propício a causar má impressão em pessoas que já vem emocionalmente preparadas para ver e exagerar as grandes diferenças sociais que existem entre brancos e pretos” (Dias 1961: 7).

O “fantasma” crítico de Marvin Harris apareceu várias vezes no *Relatório* da viagem e, inclusive, nas próprias conversas que Jorge Dias e Charles Wagley mantiveram durante a estada em Moçambique. Nessa estada, Dias teve que apresentar oficialmente seu hóspede às autoridades locais, entre elas, o Governador Geral de Moçambique Gabriel Teixeira. Durante esses encontros, o governador, ao tomar conhecimento que Wagley provinha da Universidade de Columbia, aproveitou para manifestar sua desconformidade com as críticas que Marvin Harris realizara ao regime português. A reunião pareceu proveitosa para os propósitos de Jorge Dias. O Governador “com extrema habilidade e elegância, pôs em relevo a falta de fundamentos” de alguns dos pontos de vista de Marvin Harris. Ao sair do palácio de Governo, ambos os colegas – Dias e Wagley – comentam a reunião. Evocando os comentários do governador, Jorge Dias aproveita para reforçar suas críticas a Marvin Harris: “é evidente que os portugueses não são americanos e não os podemos julgar como se o fossem. A tese de Marvin estaria talvez certa se o que aqui se passa com o recrutamento de trabalhadores para as minas do Rand fosse obra de americanos, de ingleses ou de alemães, mas com portugueses a coisa é diferente” (Dias 1961: 11). Com diplomacia e prudência, Charles Wagley preferiu, nesse momento, não contradizer o entusiasmo lusotropicalista de seu anfitrião. Um entusiasmo que, paradoxalmente, parecia ser diretamente proporcional à consolidação das organizações anti-colonialistas dos moçambicanos no exílio. Nessa época, à medida que se gestava um ambiente internacional a favor da descolonização, Portugal insistia, no seio das Nações Unidas, em suas reivindicações diplomáticas para manter suas Províncias Ultramarinas.

Nos primeiros dias da visita, Jorge Dias mostra ao seu hóspede os bairros “indígenas” de Lourenço Marques, dentre eles o mercado de Xipamanine nos arredores da cidade. As impressões iniciais não foram boas. Os Wagley mostravam-se desconfiados. Contudo, Dias persiste na sua tarefa persuasiva. Na verdade, a longa viagem se iniciaria com a saída de Lourenço Marques (atual

Maputo) para o interior do país. A partir desse momento, Jorge Dias, Margot Dias e a família Wagley se deslocam, devido à precariedade das estradas, num *Land Rover*. Em seguida, viajam a Xai Xai (João Belo) e Zavala, onde assistem às performances dos famosos músicos e dançarinos *chopes*. Continuam a caminho de Inhambane. Na estrada encontram alguns sítios de recrutamento de trabalhadores moçambicanos para as minas da África do Sul. “Estas instalações”, relatava Dias, “... despertavam sempre exclamações de indignação nos meus companheiros” (Dias 1961: 14).

Próximo a Inhambane, em Maxixe, Wagley solicita visitar ao missionário Greenberg, que já tinha residido em Lourenço Marques. Durante sua estadia em Moçambique, Marvin Harris vivera um tempo na casa do missionário. Portanto, a evocação às críticas de Harris reaparece nas conversas dos viajantes. Sobre a reunião com o missionário, Dias relata: “...ao contrário do que o Prof. Wagley esperava, o missionário mostrou-se muito aborrecido com Marvin Harris e acusou-o de se deixar arrastar por maus informantes e de não ter sabido conduzir-se num país estrangeiro” (*Idem*).

De Inhambane regressam a Xai Xai. Nos dias seguintes visitam Inhamiça e as cooperativas de Zavala e Chibuto. Em seguida, deslocam-se ao conselho de Caniçado e a uma pequena localidade chamada, na altura, de Vila Alferes Chamusca. Finalmente, retornam a Lourenço Marques: “A cidade já não era agora tão antipática aos olhos dos meus companheiros, como nos dias a seguir à chegada. Já olhavam com outra compreensão para os nossos problemas, se bem que a atitude fosse ainda francamente crítica e negativa” (Dias 1961: 26). A partir desse momento começaria a segunda etapa da viagem: atravessando a fronteira de Ressano Garcia em direção à União Africana, chegariam à atual Namíbia e, alguns dias depois, ao sul de Angola.

Na sua passagem por Johannesburgo visitam alguns colegas da Universidade, dentre eles M. G. Marwick. Jorge Dias já tinha sido professor convidado no país vizinho, de modo que os visitantes foram bem recebidos. Entretanto, a travessia por Namíbia em direção a Angola se torna complicada, já que os organismos oficiais colocam obstáculos ao deslocamento através da grande reserva indígena de Ovamboland (Dias 1961: 33). Depois de superados os trâmites burocráticos, finalmente conseguem uma autorização para se deslocar até Windhoek. Já em direção a Sá da Bandeira, passam por Vila Pereira de Eça, atual cidade de Ondjiva, na região de Cunene. Em Cahama, visitam várias aldeias,

dentre elas as de Humbes e Dimbas: “De tarde fomos visitar o Chefe de Posto de Cahama. Dois dias antes a esposa do prof. Wagley tinha-me perguntado um pouco maliciosamente, se havia administrativos pretos”. Jorge Dias fica sem resposta. Tenta-se esforçar e lembrar. Curiosamente, o único administrativo “preto” com o qual se haviam cruzado estava de viagem em Portugal:

“Disse-lhe que sim, e que até lhe tinha apresentado um no Aeroporto de Lisboa antes de partirmos... Mas no meu íntimo fiquei inquieto, pensando que talvez atravessássemos Angola de sul a norte sem encontrar nenhum. Sabia que havia administrativos cabo-verdianos escuros, mas propriamente pretos de Angola não conhecia nenhum, e nos anos que passei por Moçambique foi coisa que nunca vi. Porém, tive logo a sorte de o Chefe de Posto de Cahama ser um preto de Malange, Bernardo André, por acaso muito correcto, inteligente e firme, que nos falou sem mostrar insegurança ou complexos.” (Dias 1961: 43-44)

Vale a pena nos determos na descrição que Jorge Dias faz da chegada à cidade de Sá da Bandeira, atual Lubango:

“A cidade é encantadora e acolhedora. Pretos e brancos vivem em harmonia e nas ruas víamos crianças de várias cores a brincar. O Prof. Wagley tirou uma fotografia de dois pequenitos sentados num canteiro de um jardim público, um loiro e outro preto. Estes exemplos confirmativos da nossa apregoada política passam já a ser também uma satisfação para o Prof. Wagley que, cada vez mais, se vai convertendo à nossa causa. (Dias 1961: 45)

Sem outras evidências disponíveis – afora o entusiasmo lusotropicalista de Jorge Dias – é difícil acreditar nessa “conversão”. É possível, entretanto, que no relatório em questão Dias esteja tentando persuadir e tranquilizar o seu mentor – Adriano Moreira – de que os imensos esforços materiais e organizativos da viagem não tinham sido em vão.

A longa visita a Angola terminaria em Luanda. Ali, a esposa de Wagley e sua filha tomam um voo a Lisboa, para, finalmente, retornar a Nova Iorque. Charles Wagley continua sua viagem só, em direção a Guiné-Bissau. Jorge Dias cogitava acompanhá-lo, mas, no último momento teve que desistir. A situação política no Congo, por onde deveria retornar, não era recomendável para um cidadão português: “Infelizmente não nos foi possível acompanhar o Prof.

Wagley à Guiné, como era nosso desejo. A Agência Coock convenceu-nos que, se era fácil ir até Bissau, era muito difícil regressar a Luanda. Do contrário, era necessário permanecer cinco dias em Leopoldville, coisa pouco aconselhável no momento” (Dias 1961: 50). Pouco sabemos sobre a estadia de Charles Wagley em Guiné-Bissau. Ao que parece, Wagley ficou fascinado com as formas que o Islã adquiria nessa região. Um projeto de pesquisa sobre a Guiné-Bissau chegou a ser elaborado pelo eminente “brasilianista”; mas, infelizmente, nunca foi concretizado.⁸

A PROPÓSITO DE UMA CONVERSA COM ADRIANO MOREIRA

Adriano Moreira mostrou-se evasivo quando lhe indaguei sobre aquela importante viagem. De qualquer forma, considero que o breve diálogo ajuda a entender o complexo panorama da época. Tratava-se, afinal, das vésperas da “luta armada” contra a presença portuguesa na África. Efetivamente, um ano depois da viagem de Jorge Dias e Charles Wagley, a guerra contra a presença portuguesa irromperia em Angola e, depois, na Guiné-Bissau e Moçambique. No início da conversa, Adriano Moreira traçava o quadro sociopolítico dos anos de 1940 quando, após a Segunda Guerra Mundial, Portugal realizou uma série de reformas para garantir sua presença na África. Aquele contexto criaria um caldo de cultura favorável a um sentimento de missão e patriotismo:

“Há que verificar que em 1940 começou a nascer em Portugal aquilo que se chama ‘o duplo centenário’: o centenário da independência de Portugal e o centenário para a Restauração de Portugal. Portanto, é uma data de grande fervor patriótico, de continuação do Império, da missão em África. É a data em que Portugal assina a concordata com a Santa Sé, em que o Papa declara que a nação portuguesa prestou grandes serviços à evangelização e que deve continuar a prestar esses serviços. Por isso, também, nessa data é assinado o Acordo Missionário, que é o acordo que regula a ação de Portugal nesses territórios. Na data em que estava a se dar isso, os alemães estavam a caminho. A apreciação que havia aqui não antevia que se tratava da própria derrocada da Europa e que a chegada dos alemães a Paris marcava uma mudança radical. Essa atitude, esse distanciamento entre as convicções dos programas, dos valores

⁸ Comunicação pessoal, Isabel Wagley Kottak.

sustentados pelo governo e pela própria sociedade civil que representavam, eram resultado de um corte com a comunicação, com a informação. Também significava, na própria sociedade civil portuguesa, em relação ao significado do que era o Império porque, embora esses valores fossem valores que podemos chamar hoje ideologia do Estado, há um elemento importante: a própria sociedade civil, pelo sistema educativo, tinha muito presente os valores patrióticos.”⁹

A seguir, refere-se à precariedade, nos anos de 1940, dos estudos superiores em Portugal. Sua narrativa prepara o terreno para entendermos o papel do Centro de Estudos Políticos e Sociais (CEPS) e do Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina (antiga Escola Superior Colonial), onde Adriano Moreira teria um protagonismo impar:

“No ensino superior a única coisa que havia era um curso que se chamava Administração Colonial, na Faculdade de Direito, durava seis meses. Havia um curso de Agricultura Tropical, uma cadeira, no Instituto de Agronomia. Havia, nas Escolas Militares, algumas lições sobre o Império; e havia uma escola de quadros, que era a Escola Superior Colonial. Não havia mais nessa matéria. Digamos que o país vivia segundo o velho critério. E as mudanças não estavam aparecendo, nem na sociedade civil, nem nos meios acadêmicos, nem na apreciação do governo.”¹⁰

Após essa longa introdução, o nosso interlocutor se debruça sobre a importância da entrada de Portugal, em 1949, na OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte). O ingresso na OTAN colocou, segundo Moreira, “as forças armadas portuguesas em contato com o novo mundo, que estava em nascimento”. O segundo importante acontecimento é a admissão, em dezembro de 1955, de Portugal nas Nações Unidas. É, precisamente, nessas circunstâncias que Adriano Moreira foi chamado para integrar uma das comissões – a jurídica – que representaria Portugal na ONU:

“A entrada de Portugal nas Nações Unidas definitivamente fez cair Portugal no mundo, a gente que foi para as Nações Unidas – eu fiz parte da primeira delegação – começa a ter outra visão do mundo. Então, a apreciação da mudança começa a entrar no pensamento português, mas tem uma longa caminhada a

⁹ Entrevista com Adriano Moreira, Lisboa, 7 de fevereiro de 2000.

¹⁰ *Idem.*

fazer porque a apreciação era a medida habitual, portanto tudo que é alteração tem que pensar-se bem.”¹¹

A seguir, Adriano Moreira se refere ao movimento da descolonização e às interpretações políticas que alguns porta-vozes do Estado realizaram daquela situação. Refere-se à iminência de uma “descolonização global”, na qual todos os Impérios europeus começam a se desmobilizar. A decisão do governo português teria sido, segundo ele, a favor de uma concepção clássica de direito internacional, não aceitando, portanto, as novas mudanças decorrentes das pressões descolonizadoras. Adriano Moreira elabora neste ponto um curioso argumento: segundo Salazar, a Terceira Guerra Mundial era inevitável. Portanto, seria vantajoso para os “ocidentais” que o Império Português estivesse intacto. A persistência do Império conduziria ao início da “guerra colonial”. As circunstâncias são fundamentais para entender, ademais, o contexto sociopolítico no qual a viagem de Jorge Dias e Charles Wagley acontece:

“É por isso que, entre outras coisas, o discurso português da época dizia que “Portugal está a se meter em África defendendo os interesses da Europa”. Na perspectiva de que a paz poderia, ou iria a ser rompida. Felizmente isso nunca aconteceu, tivemos a guerra fria, sofremos muitas ameaças, e foi contida essa possibilidade, mas foi uma possibilidade que muita gente considerou. Por isso mesmo, há um momento crítico para essa tensão portuguesa com a evolução geral dos acontecimentos que é em 1961. Por quê? Porque a Carta das Nações Unidas, que é toda a favor da paz e contra a guerra, considera vários casos de guerra legítima, um deles fazer guerra à Alemanha e ao Japão: são inimigos objetivos. Se, porventura, lesarem algum dos aliados, eles têm direito (os aliados) de reagir. Uma das formas de guerra legítima é a tal autodeterminação colonial. Ora, em 1961, Portugal perdeu, na ONU, um terço dos votos. Portanto, dali dois ou três anos, a continuidade de Portugal em África foi questionada. Portugal precisava de dois terços dos votos e nós tínhamos um terço. Em 1961 é quando o Brasil alinha também contra Portugal. O Brasil antes tinha votado a favor de Portugal, e depois veio o golpe. O ano de 61 é considerado pelos anti-colonialistas como o ano áureo da descolonização. É o ano áureo de fato, porque eles [os anti-colonialistas] vão obter uma representação extraordinária nas Nações Unidas, talvez a maioria na Assembleia. E é nesse ano que Portugal é condenado, e quando é condenado torna-se vítima, do ponto de vista da

¹¹ *Idem.*

Carta, da reação contra Portugal. Portanto, os movimentos de decolonização que eram puramente embrionários até essa altura, começam legitimamente a receber ajudas de toda parte. É aí, então, que vai começar a guerra colonial que durou quatorze anos. É a mais longa linha de batalha do mundo, porque foi de Lisboa até Timor, não houve nunca linha de batalha tão longa.”¹²

Nessa altura da conversa, procuro desviar o assunto para a questão do desenvolvimento das Ciências Sociais em Portugal e o papel de Adriano Moreira no Instituto Superior de Estudos Ultramarinos (ISEU), atual Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP). A tentativa de focar a entrevista na figura de Jorge Dias e Charles Wagley não resulta fácil. O ‘velho’ político já possui um discurso pronto. Nosso interlocutor insiste no tom auto-celebratório. Procura, por momentos, marcar suas diferenças com Salazar, tal como o fizera, mais tarde, nas suas memórias (Moreira 2009):

“Fui professor da Escola Superior Colonial; preparava os quadros. Julgo que as pessoas perceberam que houve uma mudança ali. Não era uma escola de quadros, era uma escola de Ciências Sociais, porque não se tratava apenas de preparar as pessoas para exercer autoridade, era preciso acompanhar o movimento da sociedade. Foi uma tarefa muito difícil, hoje é uma grande escola de Ciências Sociais, chama-se Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, mas foi uma luta enorme para ser admitido. Essa escola, suponho que por minha intervenção – tenho que assumir isso –, começou a ter alguma projeção pública. Organizei muitas conferências e debates públicos, com a intervenção dos professores, alunos e convidados. Há vários livros publicados com os resultados desses debates. Essa crítica começou a ganhar algum espaço e, por isso mesmo, quando em 1961 começa a violência em Angola, o presidente do conselho [Salazar] mandou me chamar para dizer-me isto: “Eu sei que o senhor tem umas críticas ao regime estrutural que temos, precisava ouvir sobre isso”. Eu respondi que aquilo que se diz nas aulas não é confidencial, estava publicado. Expliquei as coisas que eu achava que não podiam continuar em face do mundo, e não só isso, em face de princípios do humanismo que deveriam ser acatados. Foi nesse contexto que ele me convidou para ir para o governo, e eu consegui porque era uma época de grande crise, e em épocas de crise é mais fácil fazer passar as reformas desde que elas sejam apresentadas

em termos verdadeiros, já que se espera que a gravidade do conflito se atenuar, se as reformas forem realizadas a tempo.”¹³

A seguir, toca num tema fulcral, o seu grande “trunfo” político: a abolição do *Estatuto dos Indígenas*, por ele considerada tão importante quanto a revogação da escravatura:

“Então, foi por isso que eu fiz a revogação do Estatuto dos Indígenas. Considero, com objetividade, que essa revogação é tão importante quanto foi a revogação da escravatura na evolução sociopolítica do Império. Portanto, passaram todos a ter os mesmos direitos civis e políticos, foi a publicação de um novo Código do Trabalho, de acordo com as convenções do OIT (Organização Internacional do Trabalho), de modo a eliminar todo trabalho compelido ao trabalho forçado: foi a extinção das culturas obrigatórias. Havia (nas Províncias Ultramarinas) áreas completas em que só se podia cultivar algodão; a livre circulação de pessoas, que não existia, toda gente que é nacional pode ir para onde quiser, pode caminhar para todos os lados; o ensino superior, as primeiras universidades, os liceus em cada capital de distrito, escolas técnicas, escolas de serviço social, então o ensino universitário também foi estabelecido nessa altura: são hoje as universidades Eduardo Mondlane, de Moçambique e Agostinho Neto, de Angola, criadas como Estudos Gerais Universitários, que era o velho modo europeu de como começaram as universidades. Portanto, tudo isso foi feito e com o conhecimento internacional. Por exemplo, quando da reforma do Código do Trabalho veio uma missão da OIT. Eles verificaram a aplicabilidade através de uma missão internacional. Eles fizeram um grande elogio do que estava a se fazer, não acharam que estava tudo feito. Eles não têm esse conceito milagroso das leis: “faz-se a lei e pronto”, não é isso. Mas concordaram que o trabalho forçado estava praticamente eliminado em toda a parte. Só que isso, a meu ver, teve um problema: criou a ilusão de que a guerra estava ganha. E a guerra ganha é um conceito que implica que não se façam reformas, porque só faz reformas quem está vencido. Foi o conceito estabelecido, e, portanto, pensou-se: “vamos parar com as reformas”. ”¹⁴

Durante nosso diálogo, Adriano Moreira não parece muito disposto a ser interpelado ou questionado. Sua fala evidencia um discurso quase heroico, cujo denominador comum parece ser uma lista de logros e conquistas numa situação

¹³ *Idem.*

¹⁴ *Idem.*

particularmente difícil: as vésperas da “guerra colonial”. Num momento da narrativa procuro neutralizar esse entusiasmo auto-referencial – a do humanista comprometido – e redirecionar o assunto:

LM – E como entra, nesse processo todo, a figura do antropólogo Jorge Dias?

*AM – Vou lhe dizer como é que foi. O Jorge Dias é um caso curioso. O Jorge Dias teve uma vida difícil, começou a estudar muito tarde, teve que realizar várias atividades para sobreviver. Era um homem interessante. O Jorge Dias doutorou-se em antropologia na Alemanha, em Munique, e era assistente da Faculdade de Letras de Coimbra, que não lhe reconhecia o título, de sorte que em Portugal, só agora começava a reconhecer os títulos estrangeiros. A resistência a reconhecer os títulos era enorme. E ele era pura e simplesmente assistente, sendo doutor em Alemanha, porque não lhe reconheciam o doutoramento cá, e não tinha a possibilidade de fazer o doutoramento, porque a área não existia na universidade. Passaram anos, anos e anos sem ele ser reconhecido. Eu não o conhecia pessoalmente. Só conhecia a obra dele, porque ele tinha uma obra importante sobre Trás-os-Montes, que é a minha província, portanto, eu li toda a obra dele. Quando consegui reformular o programa da Escola (Escola Superior Colonial), para mim a Antropologia Cultural era fundamental, para minha apreciação das coisas. Convidei Jorge Dias para vir para a Escola e ele veio de Coimbra, e finalmente foi feito catedrático, porque nós reconhecíamos os títulos estrangeiros. Por isso mesmo organizamos missões científicas. Foi assim que foi feito com *Os Macondes*¹⁵, mas isso é na área de investigação. O mais importante é o ensino que ele faz e que vai ajudar ao plano de remodelação da Escola para a nova época. Claro que aparecem outras coisas importantes, começa-se a tratar de relações internacionais, que não se tratava; começa-se a tratar de Ciências Política, que também não se tratava. Foi uma coisa harmoniosa. Jorge Dias teve importância, mas deve ser enquadrado no todo que se foi fazendo, veio gente muito importante para a Escola nessa altura. Foi uma época áurea da Escola: toda gente tinha que fazer investigações, toda gente publicava livros, toda gente tinha que fazer conferências, toda gente tinha que intervir. Foi uma época muito produtiva da Escola. Ele me deu um grande apoio a mim quando fui para o governo. Jorge Dias teve, portanto, essa grande importância para a antropologia cultural. Depois, a antropologia cultural começou a ser desvalorizada, porque havia críticas, veio uma atuação da antropologia social já com mais visão dos conflitos do que a identificação de modelos etc., mas, de qualquer modo, a passagem dele foi extremamente*

¹⁵ Trata-se da obra de Jorge Dias (vols 3 e 4 com Margot Dias), *Os Macondes de Moçambique*. Vol. 1: *Aspectos históricos e económicos*. Vol. 2: *Cultura material*. Vol. III: *Vida social e ritual*. Vol. IV: *Sabedoria, língua, literatura e logos*. Lisboa : Junta de Investigações do Ultramar, Bertrand Irmãos, 1964.

importante. Ele teimosamente antecipou a morte dele. Foi falar comigo uma vez, e pediu para ser dispensado de dar aulas. Ele diz: “Vão ter que dispensar-me porque eu não sei se tenho tempo de escrever a parte que resta de minha obra”.
LM – Ele morreu em 1973...?

AM – É. E porque ele tinha tido um desastre de automóvel nos EUA, que não foi grave o desastre. Mas ele escreveu seu último livro, ganhou mais uma vez um prêmio, escreveu três livros e ganhou três prêmios e morreu. Morreu muito novo. Mas antes disso, criamos o Museu da Etnologia aqui em Lisboa.

LM – Há uma outra figura que, também, num dado momento, aproximou-se de Jorge Dias: o antropólogo Charles Wagley da Universidade de Columbia; eles fizeram juntos uma viagem de Moçambique para Angola, depois o Charles Wagley seguiu para a Guiné-Bissau. Provavelmente, o senhor acompanhou esse projeto...

AM – Bem... Eu não tenho assim coisas para dizer a respeito dele... Agora, uma coisa curiosa: o Museu Nacional de Etnologia que nós temos, e que tem bastante coisa, tem muito a ver com essas viagens. O Jorge Dias comprou muita coisa e teve todo o dinheiro que precisou para fazer isso. Enquanto eu estive no governo, teve todo o dinheiro que ele precisou.

LM – O senhor não conheceu Charles Wagley?

AM – Não... Posso ter visto incidentalmente... Porque era uma época para mim muito difícil. Eu, nessa época, praticamente não tinha horas para dormir e eu quando olho para trás me pergunto como é que eu conseguia. Cheguei a dar aulas ainda, para não deixar perder aquela linha diretiva, vinha aqui [à Rua da Junqueira, onde, também, se situa o ISCSP] dar aula. E, portanto, o que é que eu fazia: as pessoas em quem eu tinha confiança, como Jorge Dias, vinham me ver. O Jorge Dias trazia os planos e eu aprovava.

LM – Nesse contexto aparece, também, a figura de Gilberto Freyre, não é?

AM – Eu escrevi muito sobre Gilberto Freyre. Tem um livro meu que se chama *Comentários*¹⁶. Tenho muitas coisas escritas sobre Gilberto Freyre. Este mês [fevereiro] vou ao Brasil fazer um discurso sobre seu centenário. O Gilberto Freyre teve uma grande importância, sobretudo pelo seguinte, vou dizer resumidamente. O importante é o seguinte: o Gilberto Freyre foi do ‘luso’ ao ‘tropicalismo’. O Brasil é o inspirador de toda a sua obra. Mas, com falta de contato, e até de informação das colônias portuguesas que existiam, é por intermédio do almirante Sarmiento Rodrigues, ministro do ultramar que realiza essa famosa visita ao Ultramar Português. E ele esteve até na Índia. Só não foi ao Timor, mas esteve na Índia, Macau, em Goa, toda a África. E ele descobriu uma coisa nova, uma coisa que o Brasil não tinha conhecimento. Quando foi a independência do Brasil, ficou acordado entre os dois governos que o Brasil não aceitaria adesão de nenhuma colônia portuguesa e, a partir daí, o Brasil

¹⁶ Publicado em 1989, pela Academia Internacional da Cultura Portuguesa, Lisboa.

nunca teve conhecimento das colônias portuguesas. A relação era com estes 92 mil quilômetros quadrados europeus [Portugal]. Só depois do 25 de abril é que o Brasil começa a lembrar também de Angola, de Moçambique, antes disso não lembrava. Ora bem, o Gilberto Freyre faz essa visita [promovida por Sarmiento Rodrigues], e publica um livro notável que é *Aventura e Rotina*, onde ele, se é que posso usar uma terminologia mais ou menos técnica, enquanto no Brasil, tinha um modelo observante – o que é que se passou no Brasil – o lusotropicalismo foi o modelo observante, porque a realidade não coincidia com o que estava lá no Brasil, e é aí que ele começa a fazer a crítica à prática portuguesa em África, onde ele encontra muitos defeitos, expostos em *Aventura e Rotina*, sendo que o arquétipo (do modelo observante) é o livrinho *O mundo que o Português Criou*. Portanto, esse é o modelo observante, que no Brasil ele acha idealizado, mas que encontra no modelo observado africano as diferenças. Simplesmente, o lusotropicalismo do Gilberto Freyre é aqui adotado como ideologia de Estado, e é isso que enfraquece a presença de Gilberto Freyre; todos os segmentos da sociedade começam a criticar Gilberto Freyre, porque o lêem como uma contribuição para a ideologia do Estado.

LM – Mas, trata-se, então, de uma apropriação que aconteceu independentemente da vontade de Gilberto Freyre?

AM – Como todos os grandes pensadores. Houve intelectuais que não tinham nada a ver com o nazismo, mas a ideologia de Estado não aproveitou? Foi o que aconteceu com Gilberto Freyre. Agora, parece que está a voltar a análise objetiva do Gilberto Freyre, e esta superação dele vai contribuir para isto. O Brasil comemora o ano de 2000 como o ano de Gilberto Freyre, não sei se você viu isso, e é isso que nós vamos tentar fazer no Brasil¹⁷.”

A conversa acaba. Persistem pontos pouco claros, sobretudo aqueles concernentes à relação entre Adriano Moreira e Jorge Dias e à própria viagem que este último realizou com Charles Wagley. Como é possível que Adriano Moreira não se “lembre” de ter conhecido Charles Wagley? Felizmente, apesar das memórias seletivas, contamos com a palavra do próprio Jorge Dias para neutralizar a amnésia do ex-Ministro:

“O Prof. Wagley visitava-nos de acordo com um projeto elaborado em Nova York, pelo Sr. Prof. Adriano Moreira, relativo a colaboração dos prof. de antropologia social da Universidade de Columbia com os do ISEU, para preparação de novos investigadores portugueses. O financiamento deste programa

ficaria a cargo da Fundação Ford, que se mostra em princípio interessada, e já subsidiou este ano a viagem do Prof. Wagley.”¹⁸

A trama, enfim, é desvendada: o objetivo de Adriano Moreira, ao apoiar a viagem de Charles Wagley e Jorge Dias, era criar as condições para uma parceria acadêmica entre Columbia e o ISEU e, ao mesmo tempo, obter, através da Fundação Ford, subsídios e apoios para a criação de estudos universitários em Angola e Moçambique. Sobre esse “projeto elaborado em Nova Iorque” contamos, ainda, com outras narrativas, as quais se complementam com a declaração de Jorge Dias. Numa conversa recente, Isabel Wagley Kottak me forneceu outros detalhes sobre os preparativos daquele projeto:

“Ele [Adriano Moreira] veio para Nova Iorque. Na altura, uma das críticas que se fazia contra Portugal era que não tinha universidade em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. Então, ele veio para os Estados Unidos, foi para a Fundação Ford e disse que queriam criar um sistema universitário em Moçambique e Angola. A Fundação Ford conhecia bem meu pai [Charles Wagley] que, nessa altura, estava em Columbia, e concordou em fazer uma viagem para analisar a situação. Meu pai conheceu Adriano Moreira. Lembro que ele veio jantar no nosso apartamento em Nova Iorque. Meu pai sugeriu uma viagem para conhecer Moçambique, Angola e a Guiné. Foi assim que ele foi convidado para ir à África, junto com a minha mãe. Mas, como meu pai era amigo de Jorge Dias e Margot Dias, então sugeriu que Jorge Dias fosse, também, como acompanhante. Estava tudo planejado. Mas no final de maio [de 1960] meu irmão, um menino de 15 anos, teve um acidente e morreu. Meus pais ficaram muito abalados e decidiram me levar com eles.”¹⁹

Por que, então, Adriano Moreira negou – ou afirmou não se lembrar de – ter conhecido Charles Wagley? Possivelmente, admitir publicamente a existência desse projeto implicaria no reconhecimento de um fracasso político: a tentativa frustrada, por parte de Adriano Moreira, de introduzir, com o apoio da Fundação Ford, estudos universitários em Angola e Moçambique. De fato, em 21 de agosto de 1962, através do Decreto-Lei 44530, são criados, sob os auspícios do próprio Adriano Moreira, os Estudos Gerais Universitários em Angola e Moçambique.

¹⁸ Dias, *op. cit.*: p. 2.

¹⁹ Entrevista com Isabel Wagley Kottak, 30 de agosto de 2011.

No entanto, isso aconteceu sem o apoio da Fundação Ford que, ironicamente, começaria, no ano seguinte, a apoiar a Frelimo, através de subsídios destinados ao Instituto Moçambicano de Dar es Salam, na Tanzânia.²⁰

Em 1º de maio de 1961, o jovem – e recém-nomeado – Ministro de Ultramar Adriano Moreira encontra-se, acompanhado pelo secretário de Estado da Aeronáutica, em Luanda. A luta contra a presença portuguesa acabara de eclodir em Angola. No dia seguinte, Adriano assiste ao desfile das primeiras tropas expedicionárias portuguesas que chegaram por via marítima e logo estariam prontas para combater as forças da UPA (União para a Independência de Angola). Em dezembro desse mesmo ano, o governo da União Indiana ocupa os territórios “portugueses” de Goa, Damão e Diu. 1961 foi o marco do início do fim do Império: já no mês de abril, a Assembleia-Geral da ONU incita o governo português a promover reformas urgentes para o cumprimento da chamada “Declaração Anticolonialista”; nesses mesmos dias acontecia, também, a tentativa de golpe de Botelho Moniz contra Salazar. A revogação, realizada por Adriano Moreira, do *Estatuto dos Indígenas*, bem como outras pequenas reformas, não seriam suficientes (Moreira 1964). No ano seguinte – 1962 – anticolonialistas exilados formam, na Tanzânia, a Frelimo. Nesse ínterim, Salazar adoece e lega seu posto a Marcelo Caetano. Em breve Portugal começaria a sofrer grandes derrotas políticas e militares no Ultramar. Na Metrópole começam os descontentamentos. A “guerra em África” torna-se uma aventura inútil. Nessa altura, Adriano Moreira já abandonara a pasta do Ministério de Ultramar, retornando às suas atividades de professor universitário.

PARA TERMINAR: O LUGAR AMBÍGUO DA ANTROPOLOGIA

Em 1964, a Frelimo inicia, no norte de Moçambique, a luta armada contra a presença portuguesa. Os Macondes, grupo étnico sobre o qual Jorge Dias escrevera sua monumental etnografia, se tornariam fortes apoiadores da Frelimo. No entanto, no momento da pesquisa, nem Jorge Dias nem Margot Dias se aperceberam, no próprio terreno, das simpatias que seus interlocutores

²⁰ As negociações entre a administração Kennedy e Eduardo Mondlane, que antecederam o apoio da Fundação Ford à Frelimo são descritas no livro de José Manuel Duarte de Jesus (2010).

Macondes exprimiam pela causa da Frelimo (West 2004). É claro que na época essas simpatias jamais poderiam ter sido explicitadas. Qualquer gesto que pudesse ir de encontro aos desígnios de Portugal podia ser fatal. A polícia secreta estava atuando em vários flancos, sobretudo nas proximidades da fronteira com a Tanzânia. Nessa região – em Mueda – aconteceu, em junho de 1960, o assassinato de um grupo de Macondes descontentes que, congregado diante das instalações do posto administrativo, reclamava a liberação de dois presos políticos vindos da Tanzânia.²¹

Não cabe aqui especular até que ponto a fase “africanista” de Jorge Dias é, ou não, produto direto da situação colonial e dos interesses administrativos de Portugal nas Províncias Ultramarinas. Outros trabalhos já têm se dedicado, com certo detalhe, a esses aspectos complexos da sua trajetória (Lupi 1984, Gallo 1988, Barradas 1997, West 2004). Dias era, sem dúvidas, um homem simpático à continuidade da presença portuguesa na África: a própria viagem que realizou com Charles Wagley é um indício inquestionável dessa simpatia. Mas, ao mesmo tempo, foi um crítico feroz das contradições, paradoxos e violências que essa presença perpetuava.

É curioso, entretanto, que os trabalhos que analisam sua trajetória negligenciem sua passagem pelo Brasil. Muitos dos seus biógrafos salientam sua formação alemã, condimentada com influências do “culturalismo” norte-americano, mas ignoram sua fase “brasilianista”. Tal como testemunhara numa carta, datada em outubro de 1957 – endereçada ao seu amigo António Rita-Ferreira – Jorge Dias era um profundo admirador da antropologia brasileira. Na carta em questão, Jorge Dias elogiava alguns dos seus colegas residentes no Brasil, dentre eles Emilio Willems que, mais tarde, radicar-se-ia nos Estados Unidos.

²¹ As causas deste incidente são complexas e as versões variadas. Devemos lembrar que, no planalto de Mueda, a Sociedade Algodoeira Africana Voluntária de Moçambique (SAAVM) e a União Maconde reuniam um importante número de camponeses médios que começavam a enfrentar o sistema de acumulação de capital imposto pela administração colonial. As reivindicações incluíam o fim do trabalho forçado e a abertura de lojas, venda livre e preços justos dos produtos agrícolas. Diante destas demandas, o administrador convocou estes camponeses para uma reunião, na presença do Governador da província, no dia 16 de junho. Segundo a versão “oficial”, no mesmo dia vieram, desde Tanganica, dois representantes de MANU (*Mozambique African National Union*), Faustino Vanomba e Kibiriti Diwane. Na mesma reunião o Governador mandou deter estes dois porta-vozes. Este incidente provocou a indignação e a revolta generalizada. Assim, o que inicialmente parecia uma reunião pacífica transformou-se num protesto generalizado sucedido do massacre. Segundo uma investigação realizada por Michel Cahen (1999), Vanomba e Kibiriti não pertenciam à MANU, mas sim a um grupo rival – a *Mozambique African Association of Tanga* – cujo objetivo, na reunião de Mueda, era solicitar às autoridades o regresso a Moçambique da comunidade Maconde que havia emigrado para Tanganica.

Mesmo merecendo ser reproduzida na sua totalidade, escolhemos apenas um trecho dessa peça inédita:

“É indispensável que criemos uma linguagem científica que evite todos os inconvenientes da “discussão verbal”. Neste campo podemos aproveitar com a experiência brasileira, muito mais rica do que a nossa [...] as obras dos colegas brasileiros são de uma grande ajuda para nós, pois além de terem uma tradição já razoável, são o produto de uma contribuição de alemães, franceses e anglo-saxões, sobretudo americanos, nós lá iremos atrás deles, sem tradição nenhuma, pois infelizmente o que temos feito é muito pouco. Vamos indo que começa a haver agora meia dúzia de pessoas com decidida vocação por estes estudos, e com melhor preparação. Com o tempo havemos de vencer...”²²

Basta uma simples “observação etnográfica” na biblioteca de Jorge Dias – hoje alocada no Museu Nacional de Etnologia de Lisboa – para constatar sua familiaridade com a produção antropológica brasileira dos anos 1950 e 1960. Possivelmente, esse aspecto pouco explorado da sua multifacetada figura explique, em parte, a cumplicidade e afinidade com seu colega “brasilianista”. Quem sabe, ao incipiente “africanismo” de Charles Wagley – que não conseguiu concretizar sua pesquisa em Guiné-Bissau – possamos contrapor o incipiente “brasilianismo” de Jorge Dias que, em 1953, chegou a realizar, a convite da Universidade Federal do Paraná e por intermédio de José Loureiro Fernandes, um trabalho de campo na região de Guarapuava.²³ Em ambos os casos, estamos diante de uma das tantas “histórias mínimas” da antropologia: aquelas que desafiam nossos lugares historiográficos comuns. O que teria acontecido se, de fato, Charles Wagley tivesse desenvolvido sua pesquisa na Guiné-Bissau? De fato, ao que parece, Wagley redigiu um *Relatório* – ainda inédito – sobre sua

²² Carta de Jorge Dias a Antonio Rita-Ferreira, Lisboa, 8 de outubro de 1957.

²³ Tratava-se de uma pesquisa realizada entre as cooperativas de imigrantes (provenientes de regiões do antigo Império Austro-Húngaro) instalados no Estado do Paraná (Guarapuava). Conhecidas como “Suábios do Danúbio”, depois da 1ª Guerra Mundial estas populações ficaram divididas entre a Iugoslávia, Romênia e Hungria. Antes de chegar ao Brasil, os “Suábios” sofrem um importante deslocamento territorial em decorrência da 2ª Guerra Mundial, e são obrigados a se instalar, sobretudo, no sul da Áustria. Sem poder retornar a suas antigas terras conseguem emigrar a Brasil (Paraná) em 1951. Os resultados desta breve pesquisa de Jorge Dias foram publicados, pela primeira vez, em 1966. Mais tarde foram republicados, sob o título “Um caso de colonização modelo”, num volume que reúne vários trabalhos dispersos de Jorge Dias (1993). Em 1953, Jorge Dias ministrou, também em Curitiba, uma conferência intitulada “Paralelismo de Processo na formação das nações” que seria publicada pela *Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes* dessa cidade (vol. III, nº 1, 1956).

viagem a Guiné-Bissau. Quem sabe, talvez um dia aqueles que foram próximos a ele consigam compartilhar esses documentos com a comunidade antropológica e com os especialistas na história social das ex-colônias portuguesas.²⁴ Seguindo essa ordem de interrogações, o que teria acontecido se Jorge Dias tivesse dado continuidade aos seus trabalhos de campo no Brasil? A resposta seria tão arbitrária quanto irrelevante. Não é necessário especular ou, no pior dos casos, fazer ficção científica a esse respeito. Contudo, essas respectivas “incompletudes” são, em si mesmas, reveladoras. Como projetos não consumados, fazem parte da totalidade de uma experiência: são, precisamente, essas “mudanças de rumo não previstas” (Stocking 2001) que podem nos ajudar a construir, para além dos cânones, uma história crítica da antropologia.

A viagem de Charles Wagley pela *África portuguesa* introduz, no nosso acervo de frágeis certezas, um conjunto de micro-relatos que contestam os rótulos consagrados da nossa historiografia disciplinar: aqueles que, muitas vezes, são subsumidos a etiquetas arbitrárias tais como “brasilianista”, “africanista”, “amazonista”, “melanesista”... Certamente, não são esses rótulos os que melhor descrevem a complexidade dos nossos antecessores. Entretanto, a tentativa de invocar – e evocar – os fragmentos mais invisíveis de seus itinerários não responde a uma mera curiosidade voyeurística pelo nosso passado (esse “exótico” país, diria George W. Stocking). Ao contrário, trata-se, tal como anuncia a epígrafe deste trabalho, de indagar não apenas as trajetórias dos agentes que produziram parte de um saber antropológico específico senão, sobretudo, as condições nas quais esses agentes o produziram. Eis um imperativo que remete a desafios mais “presentes” do que passados: fornecer – através da observação dos observadores – outros espelhos capazes de refletir as nossas próprias práticas antropológicas e, quem sabe, nesse recíproco contraste de imagens, torná-las mais conscientes.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

²⁴ Uma cópia do relatório da viagem de Charles Wagley estaria, supostamente, em mãos de Harry West, antropólogo da SOAS. Ele mesmo afirma possuir esse documento em seu artigo sobre Jorge Dias (ver West 2004: nota 2, p. 62). Infelizmente, até agora, não consegui que Isabel Wagley Kottak e Conrad Kottak me enviem uma cópia. Após perguntar – por email – a Harry West acerca da existência desse documento, obtive a seguinte resposta: “*The document you refer to was given to me by Wagley’s daughter, Isabel Wagley Kottak. It’s been many years since I wrote this piece, and I don’t know where I would find my copy of it.*”

Entrevistas:

Adriano Moreira: ex-Ministro de Ultramar e mentor da viagem de Charles Wagley e Jorge Dias. Entrevista realizada em 7 de fevereiro de 2000, Lisboa.

Isabel Wagley Kottak: antropóloga, filha de Charles Wagley; participou – aos dezoito anos – da viagem entre Moçambique e Angola com seu pai. Entrevista realizada em 30 de agosto de 2011, através do *Skype*.

António Rita-Ferreira: funcionário colonial e antropólogo “autodidata”. Escreveu extensamente sobre Moçambique; foi amigo de Jorge Dias e conheceu Marvin Harris quando este chegou a Moçambique, em 1956. Longa entrevista realizada nos dias 19 e 26 de fevereiro e 14 de março de 2012, Bicesse.

Fontes primárias:

Carta de Marvin Harris a António de Figueiredo, Nova Iorque, 17 de novembro de 1965. Centro de Documentação 25 de abril, Coimbra.

Carta de António de Figueiredo a Marvin Harris, Londres, 17 de maio de 1966. Centro de Documentação 25 de abril, Coimbra.

Carta de Jorge Dias a António Rita-Ferreira, Lisboa, 08 de outubro de 1957. Acervo pessoal de A. R-F.

Decreto-Lei Nº 43.893 de 6 de setembro de 1961. *Revogação do Decreto-Lei nº 39.666, que promulga o Estatuto dos Indígenas portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique*. [in Moreira 1964]

Jorge Dias, Relatório da Actividade da Missão de Estudo das Minorias Étnicas do Ultramar Português na Campanha de 1960. MEMEUP, Relatório da Campanha de 1960 (Moçambique e Angola). Centro de Estudos Políticos e Sociais da Junta de Investigações de Ultramar, Arquivos do MNE, Lisboa, 1961.

Bibliografia geral:

BARRADAS, Ana, 1997, “O pensamento colonial de Jorge Dias”. In: *História*, XIX (30): 36-47.

Raisons d’agir éditions/Éditions du Seuil, 2012.

CAHEN, Michel 1999, “The Mueda Case and Maconde Political Ethnicity”. In: *Africana Studia*, Porto, n° 2: 29-46.

_____ 2012, “*Indigenato Before Race? Some Proposals on Portuguese Forced Labour Law in Mozambique and the African Empire (1926-62)*”. In: Francisco BETHENCOURT & Adrian PEARCE (eds), *Racism and Ethnic Relations in the Portuguese-Speaking World*, Londres: British Academy/Oxford: Oxford University Press: 149-171.

CORRÊA, Mariza 1997, “Dona Heloisa e a pesquisa de campo”. In: *Revista de Antropologia*, XL (1): 11-54.

DIAS Jorge 1961, *Relatório da Actividade da Missão de Estudo das Minorias Étnicas do Ultramar Português na Campanha de 1960. MEMEUP, Relatório da Campanha de 1960 (Moçambique e Angola)*. Lisboa, Centro de Estudos Políticos e Sociais da Junta de Investigações de Ultramar [Arquivos do Ministério dos Negócios Estrangeiros].

_____ 1993, *Estudos de Antropologia*, vol. II. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

FIGUEIREDO, António de 1978, “Marvin Harris, ‘ex-inimigo’ de Portugal”. In: *Diário de Notícias*, Lisboa, 2 de setembro de 1978.

FIGUEIREDO, Érika, OLIVEIRA, Isabela & DAMASCENO, Janaína, 2009, “Entrevista com Josildeth Gomes Consorte: os 60 anos do Programa de Pesquisas Sociais do estado da Bahia e Universidade de Columbia”. In: *Cadernos de Campo*, São Paulo, 18: 201-215.

GALLO, Donato 1988, *Antropologia e colonialismo. O saber português*. Lisboa: Heptágono.

HARRIS, Marvin 1958, “Portugal’s African ‘Wards’. A First-Hand Report on Labor and Education in Mozambique”. In: *Africa Today*. New York, V (5): 3-36.

_____ 1959, “Labour emigration among the Moçambique Thonga: cultural and political factors”. In: *Africa. Journal of the International African Institute*. Londres, XXIX (1): 50-65.

_____ 1960, “Labour emigration among the Moçambique Thonga: a reply to Sr. Rita Ferreira”. In: *Africa. Journal of the International African Institute*, Londres, XXX (3): 243-245.

_____ 1966, “Entrevista com o Professor Marvin Harris”. In: *Política Externa Independiente*, Rio de Janeiro, I (3): 8-39.

JESUS, José Manuel Duarte de 2010, *Eduardo Mondlane. Um homem a abater*. Coimbra: Almedina.

MACAGNO, L. Antropólogos na “África portuguesa”: história de uma missão secreta

KOTTAK, Conrad P. 2000, “Charles Walter Wagley”. In: *Proceedings of the American Philosophical Society*, CXLIV (1): 119-122.

LUPI, João Eduardo Pinto Basto 1984, *A concepção de etnologia em António Jorge Dias*, Braga: Publicações da Faculdade de Filosofia.

MACAGNO, Lorenzo 2002, “Lusotropicalismo e nostalgia etnográfica: Jorge Dias entre Portugal e Moçambique”. In: *Afro-Asia* (Salvador), 28: 97-124.

MARGOLIS, Maxine L. & CARTER, William E. (eds) 1979, *Brazil, Anthropological Perspectives. Essays in Honor of Charles Wagley*. Nova Iorque: Columbia University Press.

MOREIRA, Adriano 1964, *Batalha da Esperança*. Lisboa: Livraria Bertrand.

_____ 2009, *A espuma do tempo. Memórias do tempo de vésperas*. Coimbra: Almedina.

PEREIRA, Rui 1986, “Antropologia aplicada na política colonial portuguesa do Estado Novo”. In: *Revista Internacional de Estudos Africanos*. Lisboa, 4-5: 191-235.

PINA-CABRAL, João 1991, *Os contextos da antropologia*. Lisboa: Difel.

_____ 1992, “Anthropologie et identité nationale au Portugal”. In: *Gradhiva* (Paris), 11: 31-46.

RITA-FERREIRA, António 1960, “Labour emigration among the Moçambique Thonga. Comments on a study by Marvin Harris”. In: *Africa. Journal of the International African Institute*. Londres, XXX (2): 141-151.

_____ 1961, “Labour emigration among the Moçambique thonga. Comments on Marvin Harris’s reply”. In: *Africa. Journal of the International African Institute*. London, XXXI (1): 75-77.

_____ 1963, *O movimento migratório de trabalhadores entre Moçambique e África do Sul*. Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar (“Estudos de Ciências Políticas e Sociais”, 67).

STOCKING, George W. Jr. 2001, “Books Unwritten, Turning Point Unmarked. Notes for an Anti-History of Anthropology”. In: *Delimiting Anthropology. Occasional Inquiries and Reflections*. Madison: The University of Wisconsin Press: 330-351.

WAGLEY, Charles 1963, “If I Were a Brazilian”. In: WAGLEY, Charles. *An Introduction to Brazil*. Nova Iorque & Londres: Columbia University Press: 277-297.

WEST, Harry 2004, “Inverting the Camel’s Hump: Jorge Dias, His Wife, Their Interpreter, and I”. In: Richard HANDLER (Org.). *Significant Others. Interpersonal and Professional Commitments in Anthropology*. Madison: The University of Wisconsin Press: 51-90.